

ENTRELAÇANDO CONSENSOS: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher*

Alejandro Cervantes Carson**

Resumo

O presente artigo reconstrói as origens dos conceitos de gênero e de identidade analisando sua importância histórica e relevância sociológica, através de uma História Social das idéias. A partir desta base teórica, elaborou-se uma proposta central sobre os eixos constitutivos da identidade de gênero da mulher, considerada na sua dimensão social. Desta maneira, explora-se algumas características gerais da formação de identidade de gênero e seus estreitos vínculos tanto com as relações de poder entre gêneros quanto com os mecanismos pelos quais estas são reproduzidas. Por fim, o artigo analisa algumas formas alternativas de construção da identidade de gênero que explicitam relações de poder entre gêneros e sugerem possibilidades de desarticulação do atual sistema de diferenciação social baseada em gênero.

Identidade e gênero são idéias que, apesar de conhecidas há muito tempo pela história do pensamento social, carecem de maiores explicações e permanecem sem que realmente se tenha frisado sua consistência conceitual. Nos últimos cinquenta anos, entretanto, temos sido espectadores de uma vastidão de movimentos que, provenientes de distintas esferas sociais e orientados por diferentes diretrizes políticas, criaram a necessidade de uma profunda reconsideração dos conteúdos e usos destas idéias nos discursos científico, institucional e cotidiano. No plano teórico, isso significou uma radical reconceitualização: gênero e identidade; identidade e gênero; identidade de gênero.

* Versão modificada do artigo publicado **IN *Estudios Sociológicos***, v. XI, nº 31, janeiro-abril, México, D.F., El Colegio de México, 1993, pp. 237-264.

Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP.

** Departamento do Sociology and Population Research Center, Universidade do Texas em Austin.

cadernos pagu (4) 1995: pp. 187-218.

Não presenciamos o nascimento desses dois conceitos enquanto agentes sociais e sujeitos de conhecimento, mas temos o privilégio histórico de testemunhar sua completa mudança de significação.

Este trabalho explora a dimensão social e, nesse sentido, sociológica da estruturação e da renovação da identidade de gênero da mulher. Com efeito, ele se baseia em três vetores conceituais e suas correspondentes dimensões analíticas:

1) O **pertencer a algo** (a um gênero, por exemplo), entendido como um processo mediante o qual os indivíduos se identificam entre si e com a ação dos outros.

2) A **desigualdade**, concebida como a organização social que forma a estrutura de opções segundo a qual os indivíduos exercem suas vontades.

3) A **diversidade**, permitindo-nos entender, no nível da unicidade, a perpétua tensão entre vontade e coerção.

A partir desse ponto de vista teórico, a construção da identidade perpassa todas essas dimensões e seu resultado final é o produto da intervenção específica de cada uma delas. Porém, o processo não é nem progressivo nem excludente: não se transita da dimensão do pertencer a algo para a dimensão da desigualdade e, desta, para a da diversidade. Os três vetores e suas dimensões atuam em um mesmo tempo e espaço social (passível de reconhecimento histórico), produzindo a identidade do sujeito através de um processo repleto de contradições, tensões e conflitos.

No que diz respeito à forma de exposição, decidi organizá-la como uma história social das idéias, isto é, pressuponho a existência de um processo no qual o discurso se desenvolveu através de grandes descobertas e desmistificações. Desta maneira, não se trata de uma reconstrução historiográfica das investigações sobre a condição social da mulher, mas de uma organização das contribuições de diferentes estudos para que se

compreenda como eles convergiram para uma sociologia da identidade de gênero.

Utilizo o conceito de consenso para distinguir grandes momentos na formação desses conhecimentos e identificar algumas das suas principais transições. Este termo foi incorporado no sentido da crítica frontal de Jürgen Habermas à razão positivista, ao seu procedimento científico e sua criação de critérios de verdade. Assim, ele alude à possibilidade e às conseqüências de uma série de acordos racionais fundamentais concernentes à área de estudo. Deve-se entender o consenso não como um produto acabado, mas em incessante desenvolvimento e transformação. Deste modo, não suponho a existência de harmonia, concórdia e conciliação, pelo contrário, quero resgatar a idéia de um processo em devir que é um produto e, ao mesmo tempo, ocorre através de atritos, divergências, debates, oposições, confrontos e conflitos. Nesse sentido, consenso não é um acordo forçado ou artificial, mas um conjunto articulado de idéias básicas sobre as quais é possível discutir ou sem as quais seria impossível discutir. Por fim, sob a idéia de consenso se encontra a idéia de legitimidade: um tema em discussão requer necessariamente um mínimo de legitimidade entre as comunidades acadêmicas que o estudam. Desta maneira, legitimidade é tão somente a possibilidade de constituir a existência cognitiva de um objeto de estudo, de uma temática, uma perspectiva analítica ou uma maneira de ler a realidade.

Mesmo induzindo a algumas arbitrariedades no plano temporal, a forma de exposição da história social das idéias é capaz de ordenar as contribuições específicas de diferentes investigações para um tema em questão. Neste sentido, o presente trabalho, ao mesmo tempo em que realiza um entrelaçamento de consensos, coloca-se sobre a plataforma resultante para então formular sua proposta central.

PRIMEIRO CONSENSO EMERGENTE: As mulheres compartilham uma situação opressiva na sociedade. Ela se manifesta em todos os planos da vida, mas suas formas e mecanismos variam de acordo com a esfera social na qual ocorre (estatal, institucional, trabalhista, educativa, doméstica, afetiva, sexual).

Muitos estudos pretenderam encontrar as origens do feminismo no início do presente século, no século XIX ou mesmo nos séculos anteriores. Necessitando de antigas precursoras, descobriram personalidades com biografias fascinantes, tais como Emma Goldman, que, além de anarquista e ativa defensora da liberdade de expressão, foi uma mulher partidária do amor livre e pioneira na luta pela liberdade de reprodução através da legalização e da difusão do uso de métodos anticoncepcionais nos Estados Unidos; Charlotte Perkins Gilman, escritora e jornalista que empreendeu uma incisiva crítica social das formas tradicionais de divisão sexual das ocupações domésticas e da puericultura; ou Mary Wollstonecraft, que, há mais de cem anos, na Inglaterra, elaborou importantes textos sobre os direitos civis, políticos e sociais da mulher.¹ Esses estudos, por exemplo, consideravam o grupo "As Preciosas", criado na França de alguns séculos atrás, um importante agente subversor da ordem ideológica, uma vez que essas mulheres se abstinham da maternidade, construindo suas vidas como "livres pensadoras".²

Sem menosprezar a importância destes esforços de reconstrução historiográfica, gostaria de estabelecer duas grandes diferenças entre aqueles atos ou movimentos sociais de

¹ Ver, por exemplo: BOUTEN, Jacob: (1975) *Mary Wollstonecraft and the beginnings of female emancipation in France and England*. Filadélfia, Pa., Porcupine Press. 1975. (originalmente: Amsterdam, 1922); HILL, Mary Armfield: *Charlotte Perkins Gilman: the making of a radical feminist, 1860-1896*. Filadélfia, Pa., Temple University Press. 1980; FALK, Candance: *Love, anarchy, and Emma Goldman*. Nova Iorque, N.Y., Holt, Rinehart, and Winston. 1984.

² BADINTER, Elisabeth: *Existe el amor maternal?*. Barcelona, Espanha:Paidós. 1981.

outros séculos e o movimento ocorrido na sexta e sétima década deste século. A **primeira** diferença diz respeito à sua difusão e permanência. Dos movimentos reportados, anteriores ao movimento dos anos sessenta nos países chamados ocidentais, o mais importante é o do direito civil da mulher, particularmente o direito de voto. Seu impacto se reflete tanto na concreta obtenção do direito de participar das eleições dos representantes políticos quanto na própria constituição político-legal do(a) cidadão(ã) enquanto sujeito social. Dessa maneira, nos países com democracias representativas ou formais, as mulheres conquistaram a igualdade de direitos perante o Estado. Quando se inseriu a mulher, enquanto sujeito civil e político, nos textos que constituíam e regulavam a gestão do Estado nos países centrais, o modelo foi adotado nas demais democracias ocidentais, com maiores ou menores restrições. Das lutas, mobilizações e vitórias políticas de um grupo de mulheres ocidentais, beneficiaram-se todas as mulheres desses países e de muitos outros. Porém, com a inclusão da igualdade de direitos no Estado, ocorreu, ao mesmo tempo, a desmobilização desse movimento: obtido o reconhecimento legal através do estatuto de cidadania, colocava-se um fecho nas vitórias políticas.

Por outro lado, tendo nascido no final dos anos sessenta e provavelmente alcançado seu melhor momento nos anos setenta, o movimento reunia uma enorme diversidade de grupos organizados, espontâneos ou não tão organizados, uma multiplicidade de matizes que incluía desde reivindicações específicas até aquelas que manifestavam, como objetivo último, a liberação da mulher. No sentido de agrupar demandas e necessidades, a amplitude dessa agenda política reflete, por sua vez, a amplitude do movimento.³

³ Ver: MITCHELL, Juliet: "Reflections on twenty years of feminism", IN *What is feminism? A re-examination*. Editado por Juliet Mitchell e Ann Oakley, pp. 34-48. Nova Iorque, N.Y., Pantheon

Além disso, parece-me importante enfatizar que paralelamente aos diferentes atos políticos e sociais ocorridos durante esse período, desenvolveu-se todo um discurso teórico que se diferenciava claramente das demais perspectivas de análises. Com o passar do tempo e a abundante bibliografia produzida, este discurso tornou-se tanto um tipo de pesquisa dentro das ciências sociais quanto um modo de contestação aberta e frontal dos paradigmas do próprio procedimento científico.⁴ A politização feminista das aulas, universidades, cafés, auditórios, dos espaços nos quais se escreve o discurso acadêmico, não estava baseada na simples incorporação da dimensão da diferença sexual enquanto categoria analítica, mas na necessidade de reconhecer que a visão de mundo e o pensamento social se estruturaram a partir do masculino e com a exclusão do feminino, sendo, nesse sentido, androcêntrica e, por isso, devendo ser criticada, dissecada e substituída.⁵ O que se pretendia ou exigia não era a inclusão de uma variável, mas a desconstrução da antiga perspectiva e a reestruturação de um novo sistema de valores e paradigmas.⁶

Eu não iria tão longe como fez Shulamith Firestone ao afirmar que "... o novo feminismo não é apenas o ressurgimento de um movimento político sério em luta pela equidade social,

Books. 1981. NICHOLSON, Linda J.: *Gender and history. The limits of social theory in the age of family*. Nova Iorque, N.Y., Columbia University Press. 1986.

⁴ Para três análises distintas, ver: COLLIER, Jane F. e YANAGISAKO, Sylvia J. (ed.): *Gender and kinship. Essays toward a unified analysis*. Stanford, Calif., Stanford University Press. 1986. FERREE, Myra M. e HESS, Beth B.: "Introduction.", IN *Analyzing gender. A handbook of social science research*. Editado por Beth B. Hess e Myra Marx Ferree, pp. 9-30. Newbury Park, Califórnia, Sage Publications. 1987. Inc.; SAARINEN, Aino: "Feminist research: in search of a new paradigm", IN *Acta Sociologica. Journal of the scandinavian sociological association*. 1988. 31(1): 35-51.

⁵ Ver: NICHOLSON, L. (1986) *op. cit.*; FRASER, Nancy: *Unruly practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory*. Mineápolis, Minesota, University of Minesota Press. 1989.

⁶ É prudente acrescentar que atualmente no interior do próprio pensamento feminista há um debate acalorado entre feministas liberais, marxistas, radicais, socialistas, existencialistas e pós-modernas, sobre a maneira pela qual conduzir tal empresa bem como seus objetivos e alcances.

mas a segunda onda de revolução mais importante da história".⁷ Todavia, apesar da enorme diversidade de necessidades e pontos de vista que formaram o movimento e ainda prevalecem no pensamento feminista, o que permitiu ao movimento dos anos sessenta e setenta ter sua enorme difusão e sua **atual permanência** foi o acordo geral sobre alguns pontos: que as mulheres vivem sujeitas a um sistema de discriminação pelo fato de pertencer a um sexo; que elas têm suas necessidades específicas permanentemente negadas e insatisfeitas; que a satisfação dessas necessidades requer profundas alterações ao nível da subjetividade, das relações interpessoais, dos âmbitos cultural, social, econômico e político.

A **segunda** diferença está relacionada com os conteúdos desses movimentos. Enquanto os movimentos intelectuais, artísticos, sociais e políticos de outrora tinham como principal campo de batalha os âmbitos estatal, público e civil, o movimento de duas décadas atrás (que continua até os dias de hoje) anexa o terreno do "privado". A obtenção da igualdade de direitos civis perante o Estado nacional só resolve parcialmente o problema, sendo claramente insuficiente para combater a permanente discriminação social vivenciada pela mulher. Sem negar a importância do campo das reivindicações públicas (jurídico, trabalhista, administrativo, institucional, etc.), o "privado" adquire uma excepcional relevância enquanto uma esfera específica que também está sujeita a transformações. As novas preocupações críticas se voltam para a família, a organização doméstica, os vínculos afetivos, a sexualidade. Desta maneira, estes espaços adquirem uma dimensão social diferenciada. Essa transformação se encontra sintetizada na célebre frase convertida em estandarte da luta feminista: o pessoal é político.

⁷ FIRESTONE, Shulamith: *The dialectic of sex. The case for feminist revolution*. Nova Iorque, N.Y., Bantam Books. 1970. p. 15. Esta e todas as demais citações dos textos em inglês foram traduzidas por quem escreve.

Parece-me que, em grande medida, as ciências sociais estão em dívida com o feminismo. A "repolitização" daquelas esferas da sociedade motivaram grandes teóricos a reavaliarem os espaços doméstico e íntimo enquanto lugares nos quais são exercidos poderes específicos e reproduzidos diferentes níveis de relações sociais. Sem desvalorizar a importância dos grandes processos e das estruturas sociais, dirige-se a atenção para os espaços "menores", a "micro-lógica" e as "relações sociais passíveis de apreensão", terminando, em última instância, na relativização das determinações do plano macro-estrutural ao ficar demonstrado que são constantemente reproduzidas nesses "pequenos espaços sociais" todo tipo de relações sociais.⁸

Coloquemos, agora, uma questão em termos de pensamento crítico voltado à condição do ser social da mulher ou, em outras palavras, em termos de processo geral de conscientização quanto à opressão sofrida pelas mulheres. Seja o feminismo uma posição político-pessoal diante da conduta e do comportamento cotidiano, seja ele um movimento social, uma forma de pensamento ou uma perspectiva analítica inserida nas ciências sociais das décadas de sessenta e setenta, sua emergência pode ser conceitualizada como uma série de eventos históricos que criaram as condições necessárias para o nascimento de um discurso que: começou a nomear e descrever os fenômenos de maneira diferenciada; se desenvolveu e se solidificou após ser elaborado com extrema seriedade cognitiva; reconheceu como seu objetivo político a desarticulação da ideologia patriarcal e das práticas sociais, psicológicas e afetivas que a acompanham.

⁸ Argumento baseado em: DE BARBIERI, Terezita: *Mujeres y vida cotidiana*. México, D.F., Fondo de Cultura Económica. 1984. NICHOLSON, L. (1986) *op. cit.*; FRASER, N. *op.cit.*; LASLETT, Barbara e BRENER, Johanna: "Gender and the social reproduction: historical perspectives", *IN Annual Review of Sociology*, 15. pp. 381-404. 1989.

SEGUNDO CONSENSO EMERGENTE: As desigualdades sociais entre o homem e a mulher não são biologicamente determinadas, mas socialmente construídas.

O reconhecimento tanto das profundas diferenças entre processos de caráter biológico e processos de caráter social quanto do tipo de relações veiculadas entre essas duas grandes esferas da história da humanidade, assinala o início da desmistificação de uma lógica natural da desigualdade social baseada no sexo⁹, na idade e em outras características desse tipo, tais como raça, cor de pele, estatura, peso ou fenótipo.

Os indivíduos não nascem biologicamente pré-determinados a viver um tipo de vínculo com quaisquer sistemas sociais, estrutura de privilégios, distribuição de poder ou possibilidades de desenvolvimento social, afetivo, intelectual e psíquico. Pelo contrário, suas características biológicas são utilizadas como um instrumento ideológico para construir e justificar tais desigualdades. Deste modo, não é na sua constituição fisiológica que se encontrarão as grandes respostas para as grandes perguntas que explicam porque alguns sujeitos são "naturalmente mais aptos" do que outros. Os "argumentos" dessa iniquidade se encontram na ordem dos âmbitos social, cultural, ideológico e simbólico.

Através das palavras de Marcela Lagarde, o problema pode ser descrito da seguinte maneira:

"Homem e mulher sempre foram sexualmente diferentes. Em um processo complexo e demorado, eles se separaram e atingiram o desconhecimento mútuo. Assim, os gêneros se formaram em virtude da atribuição de qualidades sociais e culturais diferentes para cada um dos sexos. Por um lado, considerou-se específica e exclusiva do gênero feminino a

⁹ Ver: LAMAS, Marta: "La antropología feminista y la categoría 'género' ", IN *Nueva Antropología* VIII (30). pp. 173-198. 1986. COLLIER, J. F. e YANAGISAKO, S. J. (1987): *op. cit.*

sexualidade concebida como natureza; por outro, opôs-se natureza ao desenvolvimento social atribuído ao gênero masculino".¹⁰

Com a desnaturalização ou desbiologização do argumento que justifica a desigualdade social baseada no fato de pertencer a um sexo¹¹, deflagra-se o nascimento de um conceito ao mesmo tempo teórico e metodológico, divisor de águas em virtude da sua enorme consistência crítica e analítica: o conceito de **gênero**.¹²

Ainda que a idéia de gênero enquanto critério de agrupamento ou diferenciação não seja nova, a maneira pela qual começa a ser incorporada e utilizada na psicologia (clínica e social), na antropologia e posteriormente na sociologia, engendrou um duplo processo de mudança de significação e desenvolvimento.

Por um lado, a capacidade dessa idéia de enfatizar a diferença implica suas qualidades descritivas e analíticas. Sabe-se que não é somente através de gênero que se pode distinguir e classificar os sujeitos em função das suas características fenótipo-sexuais reconhecidas visual e "naturalmente". A novidade desta idéia reside no fato de que ela permite reinterpretar a relação entre genético e adquirido, inato e aprendido ou biológico e social, uma vez que, na definição do que é o masculino e do que é o feminino, do que é próprio do homem e do que é próprio da mulher, gênero fundamentalmente problematiza a idéia de estruturas "naturais" dos indivíduos e questiona a supremacia da natureza sobre a cultura:

¹⁰ LAGARDE, Marcela: *El cautiverio de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México, D.F., Universidad Nacional Autónoma de México. 1990. p. 48.

¹¹ Ver, por exemplo: STOLLER, Robert: *Sex and gender. On the development of masculinity and femininity*. Nova Iorque, N.Y., Science House. 1968; MILLETT, Kate: *Sexual politics*. Garden City, N.Y., Doubleday & Company. 1970. Inc.; RUBIN, Gayle: "The traffic of women: notes on the 'political economy' of sex", **IN** *Toward an anthropology of women*. Editado por Rayna R. Reiter, pp. 157-210. Nova Iorque, N.Y., Monthly Review Press. 1975.

¹² Ver: LAMAS, M. (1986): *op. cit.*; FERREE, M. e HESS, B. (1987): *op. cit.*; LASLETT, B. e BRENNER, J. (1989): *op. cit.*

*"Que toda diferença biológica (anatômica, bioquímica, etc.) seja interpretada culturalmente como uma diferença substantiva que influencia o destino das pessoas através de uma moral diferenciada para uns e para outras, eis o problema político subjacente a qualquer discussão acadêmica sobre as diferenças entre homem e mulher."*¹³

Nesse sentido, **gênero** está situado exatamente no núcleo da separação mundo natural/mundo social, relativizando o obstinado, velho e obsoleto conflito entre as ciências naturais e as ciências sociais a respeito da origem das determinações últimas do sexo.

Por outro lado, esta idéia sofre conseqüentemente um processo de amadurecimento: considerada inicialmente uma variável que reconhecia e delimitava o comportamento sexual na sua expressão social, torna-se um conceito capaz de estabelecer relações entre os elementos que interagem para gerar a diferença. Todavia, gênero só alcança uma forma melhor acabada quando se constitui em uma perspectiva analítica, um modelo de interpretação ou uma forma de pensamento que reconhece o componente sexual como um sistema de diferenciação social, um sistema de distinção ou uma estrutura de privilégio que coexiste e se articula com outras estruturas de organização diferencial dos sujeitos sociais.¹⁴ A partir dessa perspectiva teórica mais desenvolvida, o sistema de gênero de uma sociedade é considerado uma construção social; seu mundo é o mundo das estruturas, dos sistemas e das instituições em interação com o mágico, o religioso e o simbólico; seu componente biológico é

¹³ LAMAS, M. (1986): *op. cit.*, p. 178.

¹⁴ Argumento baseado em: FERREE, M. e HESS, B. (1987): *op. cit.*; ORTNER, Sherry B. e WHITEHEAD, Harriet (ed.): *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Nova Iorque, N.Y., Cambridge University Press. 1981; SAARINEN, A. (1988): *op. cit.*

um reduto, uma ancoragem (por assim dizer) da sua dinâmica social:

*"Tanto quanto classe, gênero constitui uma das dimensões básicas de toda organização social. Ele se refere a relações variáveis social e historicamente construídas, a significados culturais e a identidades através das quais as diferenças biologicamente sexuais se convertem em socialmente significativas. Gênero é visto não como algo estruturalmente determinado, mas como um produto das ações de mulheres e homens sob condições historicamente específicas. Ele se refere, mais do que a uma característica individual, a relações sociais entre homem e mulher que modelam a identidade pessoal."*¹⁵

TERCEIRO CONSENSO EMERGENTE: As mulheres compartilham uma condição social opressiva pelo fato de viverem em uma sociedade patriarcalmente estruturada e em uma cultura que permanentemente a legitima. Entretanto, a opressão vivenciada por cada mulher manifesta variações e importantes diferenças relacionadas à classe social que ela pertence e ao lugar que ocupa na estrutura desigual de oportunidades.

Em uma sociedade que converte as desigualdades de classe em fundamento da sua organização central, a maneira pela qual os sujeitos se inserem na produção e na distribuição da riqueza social determina a estrutura de opções dentro da qual os indivíduos constroem seus projetos de vida e exercem suas

¹⁵ LASLETT, B. e BRENNER, J. (1989): *op. cit.*, p. 32.

vontades pessoais. Por outro lado, no exercício das suas vontades pessoais e na construção dos seus projetos de vida, os sujeitos criam e recriam as estruturas de opções, suas determinações e sua própria inserção na produção e na distribuição da riqueza social.

O reconhecimento de que através de uma análise das relações entre ação e estrutura se pode decifrar o jogo, a dinâmica e a direção da multiplicidade dessas determinações, encontra-se refletido, por exemplo, nos trabalhos de Anthony Giddens, quando ele se refere ao conceito de dualidade como uma característica, uma qualidade própria da estrutura social:

*"A estrutura é ao mesmo tempo meio e produto da conduta, a qual constante e repetidamente organiza. As propriedades estruturais dos sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão intensamente implicadas na sua produção e reprodução."*¹⁶

Não se trata apenas do confronto entre as ações das pessoas (enquanto indivíduos ou grupos) e a estrutura social, ou das coerções que esta exerce sobre as possibilidades de ação da pessoa. Trata-se também da necessidade de compreender que os diversos sistemas de diferenciação social, tais como classe, gênero, etnicidade, raça ou geração, têm um efeito de mediação na formação do vínculo que o indivíduo estabelece com a sociedade: tanto a ação quanto a coerção social passam por, ou melhor, são exercidas através desse filtro que é a articulação desses sistemas de diferenciação.

A reflexão sobre gênero, entendido como um sistema de diferenciação produtor de desigualdades sociais, alcança um patamar no qual o debate acerca da natureza e do desenvolvimento da estrutura de classes nas sociedades atuais

¹⁶ Citado em CROMPTON, Rosemary: "Class theory and gender", IN *The British Journal of Sociology*. 1989.40(4), p. 567.

torna-se mais acalorado, tanto no aspecto teórico quanto no metodológico.

A preocupação analítica não provém somente da tradição baseada no pensamento marxista, mas também da vertente inspirada na sociologia weberiana. Uma das discussões, que ilustra a longa história, a quantidade de pensadores envolvidos, os avanços e as atuais buscas nessa área, é o debate estabelecido entre as duas escolas de pensamento através dos trabalhos de Eric Olin Wright, por um lado, e os de John H. Goldthorpe, por outro.¹⁷

Nesse sentido, há algumas investigações que analisaram "classe" como uma entidade econômica, social, política e histórica (posição objetiva de classe). Outras pesquisaram a potencial ou real capacidade que ela tem de engendrar rupturas, subversões e transformações na sociedade (consciência de classe ou posição subjetiva de classe). Essas investigações geraram um amplo espectro de movimentos no nível do âmbito acadêmico: desde importantes reconsiderações teóricas até propostas específicas de operacionalização de uma análise baseada na empiricidade.

Entretanto, independente da maneira pela qual se resolvam as divergências na área ou do tipo de resultados produzidos pelo debate, para a literatura que estuda gênero, o problema central é a falta de inclusão, ou caso se prefira, a ausência da análise sobre as formas de diferenciação de gênero nessas investigações. Ainda que o argumento inicial seja relativamente singelo (não se pode analisar a diferenciação através da classe social ignorando a presença de outros sistemas coexistentes), as conseqüências dessas críticas provocaram

¹⁷ Ver, por exemplo: BAXTER, Janeen: "Gender and class analysis: the position of women in the class structure", **IN** *The Australian and New Zealand journal of sociology*. 1988. 24(1): 106-123; CROMPTON, R., *op. cit.*; KNUDSEN, Knud: "Class identification in Norway: explanatory factors and life-cycle differences.(Research notes)", **IN** *Acta Sociologica. Journal of the scandinavian sociological association*. 1988. 31(1). pp. 69-79.

profundas reavaliações sociológicas sobre os possíveis vínculos entre os distintos sistemas de diferenciação social.

Uma vez reconhecido que, além da classe social, existem outros sistemas que distinguem, separam e produzem formas de estranhamento e desigualdade de oportunidades no decorrer da vida dos indivíduos, as perguntas que se tem de encarar são difíceis de responder: a) Classe e gênero são sistemas que coexistem em um tempo histórico determinado, mas que são fundamentalmente paralelos?; b) Se realmente não são sistemas paralelos, que tipo de relação têm entre si?; c) Esta relação é geral e, portanto, podemos encontrar classe e gênero vinculados em todos os espaços e dimensões da sociedade?; d) É uma relação acima de tudo específica e, conseqüentemente, esses sistemas só se relacionam sob certas condições históricas especiais?; e) Estamos realmente diante de um confronto entre dois sistemas ou será que seu vínculo é tão somente uma perfeita articulação?; f) Caso a resposta à pergunta anterior seja afirmativa, que tipo de articulação gênero e classe têm entre si, como é que ela se transformou com a passar do tempo e como esperamos que se comporte diante do fenômeno das atuais reestruturações políticas e sociais?¹⁸

As análises que, de maneira distinta, nos oferecem Linda Nicholson, Joan Acker, Nancy Fraser e Rosemary Crompton¹⁹, podem ser esboçadas como respostas às perguntas anteriores:

- Deve-se superar a discussão e a perspectiva que analisa gênero e classe através da teoria das "esferas duais" (capitalismo e patriarcado), uma vez que fundamentalmente se sustenta a existência paralela deles e, com isso, se nega a possibilidade de

¹⁸ A mesma série de perguntas não só pode como deve ser formulada na investigação dos vínculos com outros sistemas de diferenciação social (a idade e a geração; a raça, a etnicidade e a nacionalidade).

¹⁹ ACKER, Joan: "Class, gender, and the relations of distribution", *IN Signs: journal of women in culture and society*. 1988. 13(3). pp. 473-497; ACKER, Joan: "The problem with patriarchy", *IN Sociology*. 1989. 23(2). pp. 235-240; CROMPTON, R. (1989): *op. cit.*; FRASER, N. (1989): *op. cit.*; NICHOLSIN, L. (1986): *op. cit.*

encontrar e estudar suas formas específicas e gerais de vinculação.

- Os sistemas de classe e de diferenciação segundo gênero estão não só relacionados, mas perfeitamente articulados, a tal ponto que se propõe, além da idéia de "generização" dos sistemas de diferenciação social, também a idéia de estrutura gênero-classe como uma maneira de se redefinir a própria teoria sobre classes sociais.

- Deve-se estabelecer uma crítica contundente ao termo patriarcado, para que se possa superá-lo e seja possível abandoná-lo enquanto expressão utilizada para designar as organizações sociais que oprimem a mulher e favorecem o homem. O argumento central divide-se em duas partes. Por um lado, fracassou a literatura que pretendia demonstrar a existência do patriarcado enquanto sistema que compete com o capitalismo e até mesmo se torna um modo de produção relativamente autônomo. Por outro, a literatura que se dedicou à análise da relação entre gêneros e de gênero enquanto sistema de diferenciação obteve maior êxito empírico e conceitual. Em todo caso, tratam-se de estudos de gênero.

Nessas circunstâncias, para efeito deste trabalho, é importante destacar que, ao incluir a análise de classe ou de vivência diferencial como consequência da estrutura desigual da sociedade, gera-se o reconhecimento de que as mulheres, apesar de compartilharem uma única opressão de gênero, não podem compartilhar a mesma experiência de opressão, uma vez que a classe à qual pertencem determina essa vivência tanto no nível material quanto no imaginário. Trata-se de uma única lógica opressiva, mas seu modo de realização se ajusta às matizes das formas materiais, discursivas e simbólicas, variando de acordo com a participação de cada grupo na reprodução social e na reprodução dos grandes paradigmas culturais da sociedade.

PROPOSTA EMERGENTE EM VISTA DE UM QUARTO CONSENSO: As mulheres elaboram sua identidade de gênero com base nos fatores de vivência comum e nas experiências simbólicas compartilhadas. A análise da natureza e da relação entre esses elementos fundamentais permite reconhecer que existem padrões inseridos no processo de estruturação da identidade de gênero que, embora se encontrem inevitavelmente afetados pelo fato das mulheres pertencerem a uma classe, independem dele .

Kathleen Gerson estabelece um diálogo crítico com a literatura feminista que se orienta pelo estudo comparativo dos gêneros.²⁰ Mesmo aceitando abertamente que esse tipo de trabalho foi importante para explicitar o caráter das diferenciações sobre as quais se move a específica relação de poder entre gêneros, Gerson assinala que, ao mesmo tempo, esse trabalho deixou de lado as grandes diferenças existentes no interior do gênero feminino.

Essa orientação, prevista ou imprevista, teve algumas conseqüências "perversas", duas das quais vale a pena mencionar. A **primeira** delas está relacionada com a lógica da análise. Concentrar a atenção nas diferenças entre feminino e masculino provoca um reconhecimento implícito, mas às vezes também explícito, da necessidade de estabelecer uma "espécie de guerra argumentativa" para comprovar que um sexo é melhor, mais hábil, tem melhores atributos para sobreviver ou se desenvolver que o outro. Essa lógica, que pretende demonstrar a superioridade de algum dos gêneros, na realidade não se opõe àquela que sempre contribuiu para reafirmar a naturalidade do sistema de diferenciação construído sobre a diferença sexual. O

²⁰ GERSON, Kathleen: *Hard choices. How women decide about work, career, and motherhood.* Berkeley, California, University of California Press. 1985.

problema é que, dessa forma, ao invés de se afastar, essa lógica se subordina aos procedimentos, aos conceitos e às categorias de uma análise biologizada das diferenças entre homem e mulher. Termina, assim, por reduzir seu espectro analítico e se converter em um complemento da concepção hegemônica, pelo simples fato de desconhecer gênero enquanto construção social.²¹

A **segunda** consequência está vinculada ao problema da tendência a generalizar as condições específicas de gênero. É histórico e politicamente compreensível que uma tal descoberta (de que a mulher é oprimida em todos e em cada um dos sistemas de diferenciação social) tivesse que primeiro reconhecer, para depois enfatizar e consolidar conceitualmente o conjunto de semelhanças entre todas as mulheres, antes de estudar suas diferenças.²² Entretanto, poucos(as) pesquisadores(as) consideraram a perspectiva generalizante como um primeiro passo na explicação da condição social da mulher e da relação entre os gêneros. Um importante conjunto de trabalhos permaneceu nesse nível de abstração e, dessa forma, obstruiu a transição para ao plano analítico da diversidade.²³

Uma vez obtida a consistência ideológica através do estudo e do reconhecimento do âmbito geral, isto é, do plano comum a todas as mulheres, o problema se desloca para a necessidade acadêmica e política de investigar o que as mulheres não compartilham, pois é aí que temos a possibilidade de encontrar as engrenagens mais sutis da reprodução social, cultural e simbólica da relação de poder entre homem e mulher.

²¹ Argumento baseado em: GERSON, K. (1985): *op. cit.*; MITCHELL, J. (1986): *op. cit.*; DIMEN, Muriel. *Surviving sexual contradictions. A startling and different look at a day in the life of a contemporary professional woman.* Nova Iorque, N.Y., Macmillan Publishing Company. 1986. NICHOLSON, L. *op. cit.*; TONG, Rosemarie: *Feminist through. A comprehensive introduction.* Boulder, Colorado, Westview Press. 1989.

²² Ver, por exemplo: MITCHELL, J. (1986): *op. cit.*; SAARINEN, A. (1988): *op. cit.*

²³ Ver: DELMAR, Rosalind: "What is feminism?", IN *What is feminism? A re-examination.* Editado por Juliet Mitchell e Ann Oakley, pp. 8-33. Nova Iorque, N.Y., Pantheon Books. 1986. SAARINEN, A. (1988): *op. cit.*

A inclusão da categoria "classe social", "estrutura desigual de oportunidades" ou "sistemas de diferenciação", produziu um debate que pode ser interpretado como a primeira ruptura com a generalização enquanto método e o primeiro esforço em direção ao estudo das diferenças específicas de cada gênero. A discussão atual sobre a construção da identidade de gênero e suas implicações sociais representa a segunda ruptura e o segundo esforço nessa direção.

Da perspectiva de uma história social das idéias, cuja forma de exposição foi adotada neste trabalho, de meados da década de oitenta até os primeiros anos da década de noventa, aparecem uma série de estudos que, mesmo orientados por motivações teóricas e metodológicas distintas, contribuem de maneira decisiva para a construção de uma sociologia da identidade de gênero.²⁴

Baseando-se em distintas experiências empíricas e trabalhos de campo realizados em diversos países, expressando trajetórias lógicas e metodológicas diferenciadas, partindo de diferentes premissas teóricas e diversas escolas de pensamento e chegando, enfim, a diferentes conclusões, todos os trabalhos encontram, no decorrer das suas investigações, elementos básicos e centrais (muitos compartilhados, outros apenas de ordem complementar) que apontam para o conhecimento de como as mulheres contróem sua identidade de gênero.

²⁴ Minha referência (em ordem cronológica) será particularmente ao seguinte grupo: 1) WEARING, Betsy: *The ideology of motherhood, A study of Sydney suburban mothers*. Sidney, Australia, George Allen & Unwin. 1984; 2) DE BARBIERI, T. (1984): *op. cit.*; 3) GERSON, K. (1985): *op. cit.*; 4) VALDÈS, Teresa: *Venid, benditas de mi padre. Las pobladoras, sus rutinas y sus sueños*. Santiago, Chile, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. 1988; 5) LAGARDE, M. (1990): *op. cit.*; 6) GARCIA, Brígida e OLIVEIRA, Orlandina: *Maternidad y trabajo en México: una aproximación microsocia*. México, D.F., El Colegio de México (Mimeo). 1991. Ainda que sua contribuição ao estudo da dimensão social seja menor, outros trabalhos do mesmo período se preocuparam com a temática da identidade de gênero, mas percorreram-na desde o terreno da psicologia ou da psicanálise até o antropológico ou sociológico. (Para uma lista completa consultar nota 21 na versão original desse artigo).

Desde seus esboços até seus resultados, esses trabalhos apresentam, explicitamente articulada ou implicitamente incorporada, uma busca cognitiva: a explicação da intersecção entre a dimensão de pertencer a um gênero (compartilhar uma condição de gênero) e a de desigualdade social (estrutura de classes e de opções). A desigualdade social é utilizada como categoria por razões metodológicas, no sentido de estabelecer comparações entre diferentes grupos sociais, mas também porque se coloca a seguinte hipótese: a maneira pela qual cada mulher vive sua condição e resolve seus problemas de identidade apresenta importantes diferenças de acordo com o lugar que ela ocupa no sistema de diferenciação baseado na classe social.

A grande convergência, porém, se evidencia uma vez detectada e estudada a intersecção entre pertencer a um gênero e desigualdade. Sabe-se que esse é um processo que discute inicialmente a diferença própria de cada gênero e leva à análise da estrutura de classes. Entretanto, a série de descobertas analíticas concernentes à identidade de gênero só é deflagrada com o estudo da diferença entre as duas dimensões. O paradoxal é que, ao estudar essa diferença, as descobertas enfatizam o que é comum às mulheres, deixando de lado o que elas não compartilham, o fruto do estranhamento que o exercício da vontade produz no interior de uma gama de opções profundamente determinada pela estrutura de classes. Ao estudar a diferença na complexa intersecção entre gênero e classe, descobrimos novamente um mundo de semelhanças, as quais nos aproximam ou nos fazem voltar conceitualmente à dimensão de pertencer a um gênero, entendida, agora, como lugar de construção da identidade.

Quanto ao conceito de identidade, parece-me razoável argumentar que sua mudança de significação está fortemente vinculada à crítica da razão moderna e da modernidade

empreendida na filosofia e nas ciências sociais.²⁵ Muitos autores participaram desse processo de redefinição, mas definitivas mesmo foram as contribuições de George Herbert Mead e seu impacto sobre o interacionismo simbólico, a sociologia fenomenológica e, em geral, sobre a psicologia social.²⁶ Pode-se dizer o mesmo de Erik Erikson e sua herança deixada para algumas correntes da psicanálise, da psicologia profunda ou mesmo da psicologia social.²⁷ Nesse sentido, é preciso destacar que o conceito de identidade sofreu uma transformação nos seus significados e que, além disso, propiciou o estabelecimento definitivo de vínculos com a dimensão social, com os mecanismos de formação da consciência e com as representações coletivas (à maneira durkheimiana). "Identidade" deixou de ser apenas um processo que ocorria em uma parte do mundo da personalidade e do caráter, possibilitando o abandono das descrições dicotômicas entre "pessoa individual" e "pessoa social". Em termos de formação da identidade, reconheceu-se que havia um sem número de mecanismos de introspecção e recriação de conjuntos simbólicos compartilhados na "exterioridade social". "Identidade" se tornou, nesse sentido, um problema que deveria passar necessariamente pela explicação do "ser parte do social", ou, em outras palavras, pelo estudo do fenômeno de pertencer ao campo social.

²⁵ Ver: HABERMAS, Jürgen: *The theory of communicative action*. Vol. 1 & 2. Boston, Mass., Beacon. 1984/1987; GIDEENS, Anthony: *Modernity and self-identity. Self and society in the Late Modern Age*. Cambridge, Great Britain, Polity Press. 1991.

²⁶ Ver: BERGER, Peter e LUCKMAN, Thomas: *The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge*. Nova Iorque, N.Y., Anchor Books Doubleday. 1966; HABERMAS, J. (1984 & 1987): *op. cit.*

²⁷ Ver, por exemplo: ROLAND, Alan: "Identity as an orienting concept", **IN** *Career and motherhood. Struggles for a new identity*. Editado por Alan Roland e Barbara Harris, pp. 47-54. Nova Iorque, N.Y., Human Sciences Press. 1979; JACOBSON-WIDDING, Anita, (ed.): *Identity: Personal and socio-cultural*. Uppsala, Suécia, Almqvist & Wiksell. 1983; JOSSELSOON, Ruthellen. *Finding herself: pathways to identity development in women*. São Francisco, Califórnia Jossey-Bass. 1987; YARDLEY, Krysia e HONESS, Terry (ed.): *Self and identity: psychosocial perspectives*. Chichester, Inglaterra, John Wiley & Sons. 1987.

Os primeiros a tratarem da identidade de gênero foram o médico psiquiatra Robert Stoller e seu grupo de pesquisa.²⁸ Com efeito, no prefácio do seu já clássico texto, Stoller advertia que, embora os estudos realizados ali ostentassem esse título temático (identidade de gênero), o estatuto que essa expressão realmente tinha dentro do projeto acadêmico era o de "termo de trabalho ou provisório". As dificuldades teóricas, que ele percebia, tanto para a definição de gênero quanto para a de identidade, foram suficientes para criar no interior do seu empreendimento intelectual uma atitude cautelosa diante dos desafios que "identidade de gênero" pudesse significar. Apesar de Stoller ser o primeiro a introduzir o termo na literatura, a importância de seu trabalho se concentra mais na conceitualização de gênero como construção social do que no esclarecimento teórico da identidade de gênero enquanto tal.

Ainda que a análise das dimensões sociais dos processos de formação da identidade esteja por se consolidar, a literatura sobre gênero, por sua vez, já demonstra uma maturidade inquestionável em função de um duplo efeito: por um lado, o desenvolvimento da perspectiva inicial centrada no questionamento feminista; por outro, a legitimidade que se conquistou no decorrer desse trabalho. Desse modo, podemos pensar que já estamos em condições de recuperar as preocupações de Stoller e enfrentar os desafios que ele evitou com relação ao estudo da identidade de gênero.

Longe de querer impor um fecho conclusivo ao trabalho de pesquisa e ao debate sobre o tema, a proposta deste artigo é fazer uma leitura do que denominei "encontros cognitivos" (isto é, do conjunto de trabalhos publicados desde meados dos anos oitenta até nossos dias, com as características já assinaladas), considerando-os reais convergências teórico-metodológicas e verdadeiras conquistas comuns. Nesse sentido, proponho a

²⁸ STOLLER, R. (1968): *op. cit.*

seguir algumas considerações sobre a perspectiva analítica de articulação desses conquistas.

São três os eixos que definem a identidade de gênero das mulheres:

- 1) A **maternidade** e o ser mãe.²⁹
- 2) O **matrimônio** ou a união e o ser esposa ou companheira.³⁰
- 3) O **trabalho** ou a profissão e o ser trabalhadora ou profissional.³¹

A identidade de gênero das mulheres em um tempo e em um espaço historicamente determinados é produto da articulação específica desses três eixos. O modo como cada uma dessas esferas é de fato e simbolicamente percebida, valorizada, interiorizada e vivenciada, produz a maneira através da qual se resolve a identidade em cada mulher.

²⁹ Literatura norte-americana e europeia comprovam a importância que tem a distinção entre a maternidade e o ser mãe ("*motherhood and mothering*"), não somente para capturar diferentes terrenos analíticos e momentos do decorrer da vida, mas também porque as respostas que as mulheres entrevistadas fornecem e suas próprias percepções distinguem com certa clareza as duas formas. Particularmente, parece-me importante a diferenciação porque assinala ao mesmo tempo a dimensão do simbólico e do factual. Um exemplo da discussão pode ser encontrado em: CHODOROW, Nancy: *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley, Calif., University of California Press. 1978. Por sua vez, a distinção teórica é mantida e torna-se inclusive metodológica em: WEARING, B. (1984): *op. cit.*; WEARING, Betsy: "Beyond the ideology of motherhood: leisure as resistance", *IN The Australian and New Zealand journal of sociology* 26(1). pp. 36-58. 1990; GERSON, K. (1985): *op. cit.*; GARCÍA, B. e OLIVEIRA, O.: *op. cit.*

³⁰ A inclusão dos segundos termos (união e companheira) obedece à necessidade de esclarecer que o processo não só ocorre dentro do legalmente sancionado ou socialmente validado. Também aqui, como no primeiro eixo, torna-se muito relevante a dupla ênfase no simbólico e no factual.

³¹ Os conceitos não só fazem referência ao trabalho assalariado ou remunerado. Dessa forma, está sendo lhes outorgado uma inserção teórica no trabalho "extra-doméstico" sem remuneração e, também, no que se realiza dentro dos limites da unidade doméstica, esteja ou não vinculado a processos produtivos "externos" (ver DE BARBIERI, T. (1984): *op. cit.*, para um debate mais completo). Assim mesmo, a contraposição entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo só tem sentido aqui quando é convertido em qualificativo simbólico dos trabalhos que a mulher realiza. Novamente, nesse terceiro eixo como nos demais, tornam-se explícitas ao mesmo tempo tanto a esfera simbólica quanto a factual. Por sua vez, a distinção entre trabalho e profissão ("*work and career*") e as conseqüências que tem nos projetos, experiências e percepções das mulheres é solidamente investigada, captada e argumentada em: GERSON, K. (1985): *op. cit.*; GARCÍA, B. e OLIVEIRA, O. (1991): *op. cit.*

A identidade de gênero se constrói fundamentalmente com base em um processo de ordem simbólica. Sabe-se que não é o fato de ser mãe que define a existência da maternidade como símbolo difundido no interior e entre as classes em uma sociedade, símbolo interiorizado e assumido na forma de destino manifesto ou de esboço de futuro desejado. Pelo contrário, a eterna presença imaginária do ser mãe (ou da possibilidade de o ser) é o que proporciona a força estruturadora deste fato, o que lhe permite ser considerado um dos eixos organizadores de gênero. Os símbolos tem a virtude de converter a experiência individual em experiência social (o inverso também é correto), gerando as condições mínimas para o fato de pertencer ao campo social. Isso se dá através do efeito de compartilhar o que outras (os) sentem, desejam, vivem, planejam. Assim, identificar-se com uma imagem é, ao mesmo tempo, participar da sua formação, da sua validação, da sua reafirmação: aquilo que se reconhece e se valoriza "externamente", aquilo no que me vejo, me toco, me reconheço, é de fato ou se torna parte de mim. Da mesma maneira, definir-se por diferenciação, por negação ou por oposição a uma imagem socialmente existente significa, ao mesmo tempo, participar de sua legitimação: por exemplo, extinguida a imagem social, desaparece também tudo aquilo que se define por oposição a ela. Nesse sentido, as mulheres são mães de meninas adolescentes e de senhoras com idades avançadas; as mulheres são mães das suas mães e filhas das suas filhas; as mulheres são mães mesmo sem terem filhos.

Os três eixos conceituais propostos não operam como elementos estruturadores da identidade de gênero somente no momento da sua aparição empírica. Pelo contrário, eles estão sempre presentes, pois são formas sociais que orientam a conduta, perfilam e valorizam as formas de atuação e, dessa maneira, participam da definição do que é "próprio" do gênero feminino. Nesse sentido, eles participam como símbolos que

descrevem e designam, organizam e acomodam, nomeiam e qualificam detalhadamente o que significa ser mulher.

Enquanto eixos simbólicos, eles não dependem da ocorrência dos eventos. Entretanto, quando os eventos acontecem, tanto a articulação dos eixos quanto a relação entre a própria mulher e cada uma das dimensões de gênero se transforma. Essa proposta implica que, do ponto de vista histórico-temporal, os eixos sobre os quais é construída a identidade perduram do nascimento até a morte. A especificidade do seu desenvolvimento consiste em que, no decorrer da vida da mulher e em função do exercício da sua vontade individual, a articulação entre eles se modifica, recompõe, reacomoda, produzindo constantes transformações na sua manifestação grupal, comunitária e social.

A partir dessa perspectiva, sabe-se que não há uma etapa específica da vida em que necessariamente se termina por resolver a identidade de gênero. Aceita-se também que a possibilidade de completar a construção da identidade não se torna efetiva somente a partir do momento em que já se vivenciou cada uma dessas dimensões (mãe, companheira, trabalhadora). Não há uma etapa na qual as mulheres finalizam o processo de consolidação da sua identidade de gênero. O que pode ser pensado através de etapas não é a resolução, mas as modificações que a identidade sofre em função das experiências que cada mulher vive, incorpora, valoriza, simboliza. Desde os primeiros momentos até a senilidade, toda mulher vivencia um processo contínuo de rearticulação das dimensões centrais da sua identidade de gênero.

A partir da unicidade da personalidade e do caráter, as mulheres compartilham o fato de construir sua identidade de gênero com base nesses três eixos (maternidade, matrimônio, trabalho). Quando se alude à articulação dos eixos, não se pensa necessariamente na figura retórica de uma engrenagem bem regulada que torna pacífica a coexistência entre eles. Durante a

articulação específica de uma época e ao longo das permanentes rearticulações no decorrer da vida, os eixos competem entre si, entram em conflitos para hegemonizar a identidade ou mesmo demonstram propósitos de anularem-na. Há momentos e há mulheres capazes de articular sem negar, articular sem abandonar, articular sem dissolver. Contudo, há mulheres e há momentos nos quais só é possível decifrar e resgatar a identidade através da negação, do abandono e da dissolução. As mulheres sofrem permanentes readaptações durante suas vidas: ou se é mãe ou não, esposa ou não, trabalhadora ou não. Experimentam condições excludentes, que levam a deliberações contrapostas, por exemplo: a) mãe e esposa, mas não trabalhadora-profissional; b) ou esposa ou mãe (mães solteiras, por não ser possível encontrar um par); c) trabalhadora doméstica não assalariada (mulheres sobre as quais recai a responsabilidade da reprodução doméstica), esposa e mãe. Ou, por outro lado, elas se redefinem simplesmente como esposas e mães. As mulheres recompõem ou modificam a correlação de forças entre os eixos ou o predomínio de uma das dimensões sobre as demais: para assegurarem o "êxito profissional", assumem o custo de não ter um par estável e filhos; para terem uma família coesa e estável, optam por uma participação cíclica e instável no trabalho; para reterem o par, sacrificam os planos de trabalho ou mesmo os de maternidade. Elas redimensionam o modo de enfatizar e decidir: se o fato de ser mãe e esposa implica viver para e em função do meu companheiro e dos meus filhos, quando decido viver minha própria vida, torna-se necessário abandonar o matrimônio e a maternidade? Por acaso se trata de uma opção entre bondade e maldade, entre capacidade de sacrifício e possibilidade de auto-suficiência, entre entrega e egoísmo? O que define o meu par e os meus filhos me nega ou o que me define os nega?

Nesse sentido, a identidade de gênero não se resolve de uma só vez e para sempre. Como ocorre também com formações de outros campos sociais, a identidade se estrutura mediante um processo permanente e contínuo. Ela não é linear nem

acumulativa, mas está sujeita a constantes transformações, constantes alterações de curso. Além disso, é preciso salientar que as rupturas e redefinições são parte substantiva do processo, devido à permanente tensão entre o exercício da vontade individual e as coerções econômicas, sociais, políticas, culturais e simbólicas.

Por fim, a ordem dos eixos não é, de maneira alguma, fortuita. Mesmo nos países onde a taxa de natalidade tem ficado abaixo do nível de reposição, pesquisas sustentam que a maternidade continua sendo primordial na estrutura da identidade. Pode-se perguntar se o matrimônio definitivamente ocupa o segundo lugar em importância, sobretudo nos países de altíssima participação feminina no mercado de trabalho. Nesse sentido, caso a resposta seja positiva, deve-se questionar tal raciocínio com a seguinte argumentação: embora a maternidade e o ser mãe continuem sendo elementos fundamentais para a maioria das mulheres, o matrimônio ou a formação de casais será sempre o segundo em importância. Lagarde, cuja análise está enraizada na experiência mexicana (mas, de muitas maneiras, também na latino-americana), prefere utilizar o conceito "mãesposa", talvez para enfatizar o fato de que as duas formas, conjugadas, estão em questão. Reforçando esse ponto, Valdès observa que, com frequência inusitada, as mulheres consideram o matrimônio como um meio para se tornarem mães ou como uma peça central para a formação e a coesão de uma família. Nesse sentido, a relação a dois é concebida pelas mulheres não como um fim em si, mas como um instrumento para alcançar e ocupar os lugares onde privilegiadamente se define a mulher "enquanto tal".³²

³² LAGARDE, M. (1990): *op. cit.* e VALDÈS, T. (1988): *op. cit.*, respectivamente.

PERFIL DE ALGUNS ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO DE FUTURAS PROPOSTAS EMERGENTES: As diferentes formas pelas quais a mulher constrói sua identidade de gênero estão estreitamente vinculadas à definição social do seu ser e do seu corpo: como um ser-de-outros e como um corpo-para-outros.

As possibilidades reais de desarticulação do atual sistema de diferenciação social baseado nos gêneros, dos microsistemas e das microculturas de reprodução global e específica, são uma constante preocupação inerente aos estudos que pesquisam o modo como se comportam alguns dos elementos que intervêm na construção da identidade de gênero.

De um lado, encontra-se o debate entre autoras, tais como Chorodow e Lagarde, que atribuem uma grande importância à socialização a fim de explicar a transmissão da ideologia e das condutas "patriarcais" através das relações entre mãe e filha, e autoras (Gerson, por exemplo) que, pelo contrário, relativizam essa análise, pois a consideram estritamente determinista quando pressupõe a universalidade e a homogeneidade do mecanismo.³³ Não se trata de discutir se a socialização é um processo importante durante a infância dos indivíduos nem de elaborar uma crítica à teoria da socialização enquanto tal. Trata-se de criticar as formas de interpretação e de aplicação dos seus postulados fundamentais na análise sociológica da relação entre homem e mulher. Desse modo, deve-se orientar o debate para a capacidade de influência que, durante os primeiros anos de vida, se pode ou se deve atribuir aos processos de ensino, comunicação, introspecção e aprendizagem, explicando, assim, a reprodução dos conteúdos

³³ CHORODOW, N. (1978): *op. cit.*; CHORODOW, Nancy: *Feminism and psychoanalysis theory*. New Have, Conn., Yale University Press. 1989; GERSON, K. (1985): *op. cit.*; LAGARDE, M. (1990): *op. cit.*

centrais do sistema de diferenciação determinado pela condição de gênero.

De outro lado, encontra-se a análise de grupos específicos que não se submetem à norma "patriarcal", inclusive aqueles que podem ser considerados desrespeitadores ou transformadores dos hábitos, dos costumes e das concepções relativas à esfera doméstica e ao ambiente de trabalho. No estudo de Gerson, por exemplo, nota-se que, no grupo de mulheres que decide conciliar e acaba conciliando maternidade e carreira profissional, ocorre o esfacelamento das formas concretas de reprodução das atribuições de gênero aplicadas às atividades e aos espaços vitais. Em Valdès, observa-se tais características nas mulheres que trabalham para a realização dos seus próprios planos antes de propor uma dedicação total aos outros (à família, à relação a dois, aos filhos). Na pesquisa de García e Oliveira, elas são capazes de conciliar maternidade e trabalho ou carreira, e, ao mesmo tempo, apresentam uma acentuada preocupação com o desenvolvimento pessoal, tanto nos setores médios quanto nos populares. Nesse sentido, essas mulheres poderiam ser denominadas desrespeitadoras da normatividade e da organização simbólica no interior dos ambientes doméstico, comunitário e social. Sob essas buscas, subsiste a questão da existência e da formação dos agentes de transformação.³⁴

Uma **terceira** área de interesse se encontra nos debates que recortam o problema através da análise da relação multidimensional de poder entre homem e mulher. A novidade não está realmente na perspectiva, que remonta nesse século provavelmente a princípios da década de sessenta, mas na maneira pela qual se enfrenta o estudo e o tipo de perguntas que são elaboradas. Por um lado, discute-se, questiona-se e recupera-se a riqueza analítica e crítica da microfísica foucaultiana.³⁵

³⁴ GERSON, K. (1985): *op. cit.*; VALDÈS, T. (1988): *op. cit.*; GARCÍA, B. e OLIVEIRA, O. (1991): *op. cit.*

³⁵ Ver: FRASER, N. (1989): *op. cit.*

Nesse sentido, por exemplo, entende-se que cada uma das dimensões específicas, onde se realizam as relações e se exercem os poderes, tem seu próprio universo explicativo e, por isso, exige esforços específicos para que se possa desalojar e decifrar a natureza da sua lógica. Desde a atividade político-pública até os recantos afetivos do inconsciente, do mercado de trabalho até a sexualidade, das instituições burocráticas até os consultórios psicanalíticos, torna-se necessário descobrir em cada espaço de representação social aquilo que se produz e se reproduz, o que se enlaça, se desenlaça e se entrelaça, o que se sedimenta, se aventura e se arrisca, enfim, todo tipo de vínculo estabelecido com outros espaços. Por outro lado, é necessário tanto relativizar a concepção que visualisa (ou visualisava) a relação de poder como um exercício vertical, unilateral e inquestionável, quanto questionar a natureza ambivalente, sujeita a metamorfoses e multifacetada das formas de intercâmbio emocional e erótico entre gêneros. Feito isso, entende-se porque a relação entre o homem e a mulher no ambiente de trabalho, na profissão, na amizade e na relação a dois, se apresenta e se manifesta como uma relação de poder não só singular, mas singularmente complexa de ser compreendida.³⁶ A partir dessa perspectiva teórica, quando já se concordou que a análise da relação passa necessariamente pelo reconhecimento da existência efetiva e simbólica de profundos vínculos afetivos de dependência, surgem algumas questões, por exemplo: Em que medida a construção da identidade de gênero da mulher está consubstancialmente relacionada com a do homem? Até que ponto a identidade de gênero do homem depende da identidade de gênero da mulher? Seria do mesmo modo que seu lugar social de poder depende da definição do lugar social da mulher

³⁶ SAYERS, Janet: *Sexual contradictions. Psychology, psychoanalysis, and feminism*. Londres, Inglaterra, Tavistock Publications. 1986; JOSSELSO, R. (1987): *op. cit.*

como lugar de não-poder? E, para terminar, que tipo de poder é exercido pela mulher a partir do seu lugar social de não-poder?

Por fim, apoiando-me vigorosamente nas posições psicanalíticas de Franca Basaglia, parece-me que algumas propostas teóricas defendidas por Marcela Lagarde devem ser consideradas com extrema seriedade e utilizadas como um material capaz de elaborar estudos sociológicos que explorem, no campo da diversidade de gênero, o vínculo entre reprodução social e ordem simbólica:

*"Todas as mulheres estão presas ao seu corpo-para-outros, procriador ou erótico, e ao seu ser-de-outros, vivenciado como necessidade de estabelecer relações de dependência vital e de submissão ao poder e aos outros. Todas as mulheres, bem ou mal, são definidas pela norma e se tornam politicamente inferiores aos homens e entre si mesmas. Por seu ser-de e para-outros, são filosoficamente definidas, no mundo patriarcal, como entes incompletos, territórios dispostos a serem ocupados e dominados pelos outros."*³⁷

Nenhum dos debates concernentes à construção da identidade de gênero está resolvido: Quais os eixos que compõem essa identidade? Como se produzem as articulações desses eixos? Qual a quantidade de formas que podemos encontrar e os padrões que podemos reconhecer? De que maneira esses padrões se transformam através do tempo e qual é a capacidade relativa que tem cada mulher de transformá-los e, com isso, de também transformar sua própria identidade? Absolutamente todas, todas essas discussões estão em aberto. As conquistas, que foram discutidas nesse artigo e que representam

³⁷ LAGARDE, M. (1990): *op. cit.*, p. 24.

Entrelaçando consensos

propostas de crítica, de trabalho e de reflexão, deverão ser amadurecidas coletivamente.

**INTERTWINING CONSENSUS:
reflections on the social dimension of women gendered
identity**

Abstract

Through a social history of ideas, this paper reconstructs the origins and analyses the historical importance, as well as the sociological relevance of the concepts of gender and identity. The resulting theoretical platform is used by the work to put forward its central proposal about the constitutive axes of women's gender identity, in its social dimension. In addition, it explores some general characteristics of the process of gender identity formation, as well as the strong links it has with power relations, and with the mechanisms through which these are reproduced. Finally, the paper reviews some alternative forms of gender identity construction that have fractured inter-gender power relations, and that suggest possibilities of disarticulating the current system of social differentiation based on gender.